

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR)

Grupo de Trabalho: "Mercados Ilícitos e Processos de Criminalização: desafios metodológicos"

Título do Trabalho: As práticas violentas da polícia e as práticas do “fazer justiça com as próprias mãos”: Desafios das políticas públicas de segurança na cidade de Fortaleza

Autora: Glaucéria Mota Brasil (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE)

As práticas violentas da polícia e as práticas do “fazer justiça com as próprias mãos”: Desafios das políticas públicas de segurança na cidade de Fortaleza.

Introdução

O presente estudo faz uso dos resultados da *Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza*¹ na busca de compreender a problemática do crescimento da criminalidade e da violência nas comunidades do Grande Bom Jardim na cidade de Fortaleza. A pesquisa trabalhou com cinco ocorrências criminais (relações conflituosas, roubo, furto, lesão corporal e mortes violentas, nestas, destacando os homicídios). A região do GBJ é formada por cinco bairros e identificada como “perigosa” pelos seus índices de criminalidade e violência fatal e, por esse motivo alvo de políticas públicas como o projeto “Território de Paz” do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci. O mesmo tem como objetivo integrar ações de segurança acompanhado de estratégias voltadas para ações de prevenção, controle e repressão da violência. Desta maneira, propõe-se a realizar uma série de ações e programas sociais específicos voltadas para populações vulneráveis que residem, geralmente, nas periferias de cidades brasileiras com altos índices de criminalidade e violência fatal. O Programa tem como diretrizes a promoção dos Direitos Humanos, o fortalecimento da participação comunitária na gestão das políticas de segurança pública, a valorização dos profissionais de segurança e modernização do aparato policial, assim como a participação de adolescentes e jovens em situação de risco e egressos do sistema prisional em programas sociais. Para tanto, tem como foco três vertentes: social (voltada para os jovens vulneráveis socialmente e egressos do sistema prisional), etária (direciona prioritariamente aos jovens e adolescentes entre 15 a 29 anos) e territorial (destina-se às regiões metropolitanas e aos aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e crimes violentos).

Nesse contexto, destaca-se a região denominada de Grande Bom Jardim, mais especificamente os bairros do Siqueira, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e o Bom Jardim, objeto amostral do presente trabalho. Abordamos as formas de crimes e violências que lá ocorrem como desafios às políticas estaduais de segurança pública que,

¹ Realizada por pesquisadores da UECE (Professores Glauciria Mota Brasil, Rosemary de Oliveira Almeida, Geovani Jacó de Freitas e UFC (professor César Barreira) com recursos da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza e da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP do Ministério da Justiça-MJ, 2009-2010.

nos últimos anos, têm buscado confiabilidade e legitimidade junto aos setores sociais por meio de atuações policiais ora tradicionais, ora de proximidade com a comunidade.

Estudos nacionais e internacionais sobre experiências com problemáticas assemelhadas revelam que quando as políticas governamentais se associam às iniciativas da sociedade civil, as ações de enfrentamento ao crime e à violência são mais eficazes, o que torna a participação ativa da população de uma dada localidade nas políticas de segurança, condição *sine qua non* para seu êxito. Dessa maneira, podemos admitir que o êxito destas práticas esteja colado ao tipo de relação que as políticas públicas desenvolvem junto a esses setores.

No cenário de nossa abordagem, três questões chamam nossa atenção: Primeiro, a atuação violenta e arbitrária das polícias como práticas recorrentes de enfrentamento da criminalidade e da violência junto às populações mais pobres. Segundo, o aparecimento da prática do “fazer justiça com as próprias mãos” ou armar outras mãos para “fazer justiça”, um fenômeno que se tornou lugar comum nas resoluções dos conflitos cotidianos dessas populações. Terceiro, as ações governamentais de enfrentamento dessas problemáticas. Se nesse cenário, não podemos ignorar a atuação violenta e arbitrária das polícias como práticas recorrentes de enfrentamento da criminalidade e da violência junto às populações mais pobres que são tidas como o inimigo a ser combatido e, muitas vezes, eliminado. Também, não podemos ignorar que algumas experiências locais, de aproximação das polícias com a sociedade civil podem produzir resultados exitosos na implementação de ações de enfrentamento da criminalidade e da violência. Um exemplo dessa tentativa de aproximação foi a criação do Programa “Ronda do Quarteirão” na Polícia Militar do Ceará, no Governo Cid Gomes (2007-2010), como polícia de proximidade orientada pelo modelo do policiamento comunitário.

O Programa Ronda do Quarteirão criado sob a filosofia do policiamento comunitário, tinha como proposta inicial direcionar suas ações de intervenção de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade, tendo como paradigma o conceito de polícia cidadã. O Programa se apresentava como proposta inovadora na política de segurança pública do Ceará e veio para fazer contraponto ao modelo tradicional de fazer polícia de rua como “a polícia da boa vizinhança”. Com esse objetivo a integração com a comunidade seria realizada por meio de visitas às residências, escolas, condomínios e praças. E, uma mesma equipe de policiais atuaria numa área específica como estratégia de aproximação com a comunidade daquela região. Com esse programa, o Governo buscava

modificar a relação e a imagem da polícia junto à população e enfrentar a criminalidade e a violência em determinadas áreas do Estado.

O estudo é ainda uma investigação que busca não só descrever, mas entender como se dá a aproximação da polícia junto à população do Bom Jardim e se é possível identificar nesse processo algum impacto na resolução dos seus conflitos e na redução das taxas de homicídios que tem como principais vítimas a população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, com baixa escolaridade, cor negra, solteira e desempregada ou subempregada e, na sua maioria, do sexo masculino. De acordo com dados policiais, a maioria das ocorrências atendidas pela polícia e principalmente pelos policiais rondantes, diz respeito aos conflitos sociais envolvendo os mais jovens e que, muitas vezes, acabam em mortes violentas. Enfim, como esse novo modelo de atuação policial tem agido frente ao modelo tradicional mais repressivo que preventivo de abordagem policial praticado em bairros periféricos como o Bom Jardim e, por outro lado, como se dá o fenômeno do “fazer justiça com as próprias mãos” ou armar outras mão para “fazer justiça” que vem ocorrendo em algumas áreas da cidade de Fortaleza? Desta maneira, interessa-nos investigar como essas práticas compartilham a produção da insegurança, do medo e do descrédito da população com os dispositivos estatais de justiça e segurança? Por fim, como os governos democráticos, na quinta cidade brasileira, têm enfrentado concretamente essa problemática?

O Grande Bom Jardim e os dados da criminalidade e da violência

A cidade de Fortaleza é composta administrativamente por seis Regionais, com uma população total de 2.315.116 habitantes (IBGE, 2010). A Secretaria Executiva Regional V (SER V) tem sido identificada pelas altas taxas de homicídios e, de modo mais específico, 5 bairros (Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa) que integram o denominado Grande Bom Jardim. A Regional V, com 530.175 habitantes, tem uma área total de 6.346,70 ha, possuindo 144,24 ha (2,27% do total) de praças, áreas verdes, áreas livres e parques. A densidade demográfica é de 83,5 habitantes/km². É a Regional mais populosa de Fortaleza, com 18 bairros, mas também a mais pobre da Capital, com rendimentos médios de 3,07 salários mínimos. Alguns bairros, como o Bom Jardim, tiveram sua população duplicada na década de 1990, este passou de 15.857 habitantes em 1991, para 34.507 habitantes em 2000.

A SER V também é uma das Regionais com perfil populacional dos mais jovens de Fortaleza: 44% da população têm até 20 anos. É ainda a área da Cidade com segundo

maior índice de analfabetismo (17,83%). Os bairros do Siqueira (25,58%), Genibaú (25,18%) e Parque Presidente Vargas (24,51%) são os mais impactados com este problema. Na Regional estão concentrados apenas 2,89% dos empregos formais de Fortaleza. A taxa de acesso à rede de esgoto da Regional V é a pior entre as seis regionais, com 24,56%.

No que se refere aos dados da criminalidade e da violência, observamos que na Regional as ocorrências de roubos, relações conflituosas e lesões corporais sofreram queda de 2007 para 2008 e voltaram a subir em 2009. Com relação a furtos e mortes violentas há declínio tanto nos índices de 2007 para 2008 como nos de 2008 para 2009. Esse fenômeno pode estar associado aos dois primeiros anos de criação do Ronda(2007-2008), período em que a presença dos carros Hilux tinham mais volume de presença nos bairros da capital em comparação aos anos posteriores em consequência da readequação do Programa na capital e sua interiorização.

As ocorrências mortes violentas tem índices mais elevados nos bairros do Bom Jardim (82 casos em 2007, 74 casos em 2008 e 58 casos em 2009), Mondubim (47 casos em 2007, 35 casos em 2008, e 32 casos em 2009), Prefeito José Walter (60 casos em 2007, 36 casos em 2008, e 23 casos em 2009) e Siqueira (54 casos em 2007, 26 casos em 2008 e 24 casos em 2009). É possível, entretanto, observarmos tendência de queda no número das ocorrências nos referidos bairros, nos três anos seguidos.

Por outro lado, ao destacarmos os homicídios das ocorrências de mortes violentas, verificamos que alguns bairros da Regional assumem posições de destaque entre os 20 bairros de maior incidência de homicídios na cidade de Fortaleza, nos anos de 2007, 2008 e 2009 que compreendem a série histórica da pesquisa.

O bairro Bom Jardim registrou 49 homicídios em 2007, 39 em 2008 e 61 em 2009, assumindo, assim, a 1ª posição em 2007, a 3ª em 2008 e retorna a 1ª posição em 2009 entre os bairros de maiores incidência de homicídios em toda Fortaleza.

Afinal quem são as vítimas? Qual o perfil da população vitimizada? Os dados da pesquisa acompanham as pesquisas nacionais e, informam que as vítimas, em sua maioria, são homens. Foram 199 homens contra 9 mulheres vitimizadas em 2007 e 186 homens e 10 mulheres em 2008. E no ano de 2009, foram 221 homens e 16 mulheres vítimas de homicídios na Regional V. As mulheres não representam 10% das vítimas de homicídios. A população solteira é a mais atingida (166 em 2007, 165 em 2008 e 191 em 2009), e as faixas etárias mais atingidas são as de 15 a 29 anos, com baixos níveis de escolaridade (analfabetos, alfabetizados, ensino fundamental). Contudo, nos chamam

atenção as incursões ou alargamentos das ocorrências para os níveis mais elevados de escolaridade, como as pessoas com ensino médio.

À semelhança das demais regionais, os homicídios na Regional são praticados, em sua maioria, por armas de fogo. Em 2007, aproximadamente 81%(169) dos homicídios foram praticados à bala, contra 82%(162) em 2008, e 84%(200) em 2009. Outro fator impulsionador dos elevados índices de homicídios na Regional V é a disseminação da “prática do fazer justiça com as próprias mãos” frente à impunidade dos assassinos e como dispositivo de resolução de conflitos ou de ajuste de contas por meio da atuação de grupos criminosos e de milicianos, principalmente no bairro Bom Jardim.

Os locais de maiores ocorrências de mortes violentas, em 2007, 2008 e 2009, nos bairros que formam o Grande Bom Jardim são, preferencialmente, as ruas centrais destes, onde se localizam áreas de maior circulação pela existência de casas de comércio, bancos, correios, casas lotéricas, bares, supermercados e outros. No bairro Bom Jardim, as mortes violentas estão concentradas na Avenida Oscar Araripe e na Avenida Osório de Paiva. No Siqueira e no Canidezinho, as ocorrências têm centralidade na Avenida Osório de Paiva e no bairro Granja Lisboa, na Sargento João Pinheiro e na Avenida Oscar Araripe. Na Granja Portugal, as ocorrências estão concentradas nas ruas Cel. Fabriciano, Luminosa e Taubaté. Podemos observar comparativamente que nos cinco bairros a concentração das ocorrências criminais se dá nas extensões da Rua Oscar Araripe e na Avenida Osório de Paiva que cortam esses bairros. Esse é um dado revelador do movimento das ocorrências nas áreas da Regional e do seu entorno e nos parece peça importante nas estratégias de enfrentamento dessas mesmas ocorrências pelo poder público local.

Diante do que foi apresentado acima como compreender os dados que descrevem a criminalidade e a violência no Grande Bom Jardim e de modo mais específico no bairro do Bom Jardim? De modo geral, os dados locais reafirmam perfis e tendências nacionais. Assim como é fato que a pesquisa fez uso de dados oficiais e não oficiais e como nós alerta Ratton Jr, “as estatísticas oficiais de criminalidade não são uma fotografia do movimento real de crimes cometidos ou sua descrição literal, mas a resultante política, dentro das organizações, da categorização de eventos e sujeitos como crimes e criminosos” (1996, p.21). Então, levando em consideração, ainda, a afirmação do mesmo autor de que é necessária cautela nas análises de qualquer tipo de dados estatísticos quer sejam oficiais ou não, podemos dizer que os dados sobre o Grande Bom Jardim, apresentados na *Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza* por si só não retratam toda a complexidade daquele lugar, a história de formação e organização da sua população

frente à problemática da criminalidade e da violência que se apresenta em números estatísticos lhe conferindo status e estigma de “território perigoso”.

Territórios estigmatizados e políticas públicas: os desafios postos

Nesse mesmo cenário de criminalidade e violência, chama atenção a existência de grande número de grupos organizados na Regional que lutam por mudanças na área e na vida dos moradores. São inúmeras as Organizações Não Governamentais, associações de moradores, grupos religiosos, ligas de futebol, grupos de capoeira, teatro e música que trabalham com os jovens, assim como projetos, programas e ações governamentais. O maior exemplo é a implantação do denominado “Território de Paz” no Grande Bom Jardim, no final de 2009, mais especificamente, os projetos sociais financiados pelo PRONASCI e voltados para populações vulneráveis à violência e à criminalidade.

O denominado “Território de Paz”, implantado no Grande Bom Jardim, compreende a execução de projetos por meio de parcerias da Prefeitura Municipal de Fortaleza com Universidades, entidades governamentais e não governamentais. No Grande Bom Jardim, até dezembro de 2010, foram realizados os seguintes projetos:

Mulheres da Paz - envolveu 300 mulheres, moradoras de locais com alta vulnerabilidade social e violência no território do Grande Bom Jardim. Teve como objetivo resgatar, para os programas sociais implantados, em suas comunidades, jovens que estão impedidos de atuar nos Programas Sociais do Governo, por terem sido aliciados pelo tráfico e pela criminalidade; **Protejo** - Proteção de jovens em territórios de alta vulnerabilidade- Acolheu temporariamente 210 jovens com alta vulnerabilidade à violência, com objetivo de contribuir na formação cidadã destes, incluí-los nos programas de cultura, esporte, lazer, iniciação ao trabalho e reencaminhá-los ao sistema de ensino, enquanto eles atuam no apoio a serviços e projetos públicos municipais, principalmente, os que integram o PRONASCI-Fortaleza, voltados aos adolescentes e jovens adultos em vulnerabilidade social e expostos à violência; **Trilhos Urbanos** – Atuou na garantia dos direitos e na inclusão social de 300 jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, em conflito com a lei, cumprindo penas restritivas da liberdade, egressos do sistema prisional; **Dança para Vida** – Teve como objetivo a iniciação à dança – criativa, contemporânea, de rua - para 280 adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, penas restritivas de liberdade, em conflito com a lei, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica ou urbana, com atividade sexual precoce/mães e

pais adolescentes; **Música Tocando a Vida** - Realizou processos formativos em música por meio de aulas práticas e teóricas de música, de forma contínua, de 756 jovens na faixa de 15 a 24 anos, residentes em bairros do Grande Bom Jardim. O projeto objetivou formar grupos musicais, oportunizando os talentos já existentes na comunidade. **Cultura Tradicional Popular (Maracatu Estrela Bela)** - Com objetivo de promover a cultura de paz e a não-violência no município de Fortaleza, por meio da inclusão de 330 jovens e adolescentes em conflito com a lei, egressos do sistema prisional, jovens adultos em vulnerabilidade. Visava criar possibilidades de desenvolvimento pessoal através de folguedo de origem africana e forte enraizamento na cultura local; **Teatro Vivo**- Visava à promoção da cultura de paz e não-violência no município de Fortaleza, pela inclusão nas possibilidades de desenvolvimento pessoal com base na linguagem teatral de 220 adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, penas restritivas de liberdade, em conflito com a lei, expostos à violência doméstica ou urbana; **Capacitação de Jovens Mulheres** - Voltado para a capacitação de mulheres jovens, vítimas de violência doméstica e urbana, com baixa escolaridade, baixo acesso ao mercado de trabalho, mães adolescentes na região do Grande Bom Jardim; **Esporte e lazer na Cidade** - Busca promover a cultura de paz e não-violência no município de Fortaleza por meio do acesso a modalidades esportivas coletivas, incentivando a cooperação, e contribuindo para a melhoria das condições de saúde de 750 adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei, expostos à violência doméstica e urbana, egressos do sistema prisional e/ou em situação de alta vulnerabilidade social(www.fortaleza.ce.gov.br/).

Ao considerarmos todo o trabalho realizado junto às populações vulneráveis no Grande Bom Jardim, por meio de um grande número de projetos sociais pode-se afirmar que estes não impactaram, em curto prazo, na redução da violência fatal, como nos revelam os índices de homicídios na Regional no período de implantação do “Território de Paz” e posterior a realização da pesquisa. Por outro lado, talvez seja cedo para estarmos medindo impactos. No caso das ocorrências conflituosas, seus índices decresceram, mas essa queda não chega a representar alterações significativas na redução dos índices absolutos e aproxima-se mais de certa estabilidade das ocorrências, considerando a existência das subnotificações e o fato de que os índices mesmo em queda ainda são considerados altos tanto com relação aos anos pesquisados como aos anos posteriores em que os dados podem ser aferidos nos sites da SSPDS e da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. No caso do Bom Jardim, a atuação do Núcleo de Mediação Comunitária do Ministério Público Estadual é um diferencial a ser considerado na redução apresentada. No entanto, a cidade de

Fortaleza só possui 5 núcleos (dois de mediação e três de justiça) para atender a população dos seus 119 bairros.

Nesse cenário, pesquisadores e gestores públicos consideram que a articulação dos órgãos de segurança pública nos seus níveis locais, estaduais e federal é fundamental para elaboração e execução de políticas em interfaces com as demais políticas públicas e a sociedade civil local para enfrentamentos mais estratégicos da criminalidade e da violência de curto, médio e longo prazo. Por outro lado, a questão é saber como e se os projetos implementados pelo “Território de Paz” fizeram essa articulação ou ainda se ela se mantém? Nesse caso, o agravante para a população beneficiada pela realização dos projetos e ações do “Território de Paz” é a indefinição da continuidade desses projetos e ações, uma vez que pouco ou nada se sabe sobre essa questão.

Práticas policiais e práticas do “fazer justiça com as próprias mãos”

Nesse mesmo contexto, não podemos ignorar iniciativas como a criação e implantação, pela Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, do Gabinete de Gestão Integrada Municipal-GGIM para integração sistêmica e multidisciplinar do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (envolve atores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, articulando ações de prevenção da criminalidade e visando atuar sobre as razões sócio-educativas, otimizando ações de segurança pública e políticas sociais). Essa iniciativa é uma ação de caráter estratégico que pode impactar tanto em médio como em longo prazo, nos resultados da gestão integrada da política de segurança do município de Fortaleza e na sua Região Metropolitana. Assim, como o fato de a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza também compor o Grupo de Gestão Integrada Estadual-GGIE, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e outros órgãos estaduais e federais na gestão compartilhada das ações na área da segurança pública.

Essas articulações possibilitaram a implantação de uma base fixa de policiamento do Programa Ronda do Quarteirão na área do Bom Jardim e a promessa da instalação de mais duas bases na área de execução do “Território de Paz” e a posterior implantação de mais 100 bases em toda a cidade. Assim como a designação de uma força tarefa, composta por delegados da Polícia Civil, pelo então secretário de segurança pública do Estado, delegado federal Roberto Monteiro, para desarquivar os 299 inquéritos policiais instaurados nos últimos 12 anos, na 32ª delegacia distrital do Bom Jardim, para investigar

crimes de mortes e que estavam parados sem identificação dos autores (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, p.16).

Um dos grandes problemas dos homicídios na área do Grande Bom Jardim são as mortes de autorias desconhecidas e a impunidade destas que fomentam as práticas do “fazer justiça com as próprias mãos”, vinganças cometidas por familiares ou amigos das vítimas ou ainda os assassinatos praticados por indivíduos ou grupos para ajuste de contas ou ainda as práticas de execuções e chacinas envolvendo grupos rivais, assassinos de aluguel ou milicianos (muitos deles são policiais). Aqui se observa que as atividades de controle dos dispositivos de segurança e justiça não conseguiram deter os índices da criminalidade e, quando isso acontece, segundo estudos como os de Paixão e Beato (1997), Porto(2010) e outros, o controle democrático fica comprometido. Essa problemática acaba por apontar

“... para a dificuldade de uma equilibrada equação entre violência e segurança, para a prática do ‘ fazer justiça com as próprias mãos’, através de mecanismos vários. Dentre eles, um dos mais perigosos parece ser o envolvimento dos policiais no sistema paralelo de segurança, isto, é o sistema de segurança privada” (PORTO, 2006, p.244).

Nessa problemática o mais grave é o caso dos homicídios sem autoria, uma vez que não desconhecemos o fato de que a não resolução pela polícia desses crimes, ou melhor, a identificação de suas autorias, além de gerar impunidade, tem levado, na Regional, em alguns casos, aos crimes de vingança praticados por familiares e amigos das vítimas. O “fazer justiça com as próprias mãos” e os chamados acertos de contas e suas muitas razões tornaram-se a “causa” de muitos homicídios nos bairros que formam o Grande Bom Jardim como nos revelam os depoimentos de policiais e da população de modo geral, quando falam para imprensa ou para pesquisadores sobre as possíveis motivações desses crimes na Regional. Outro dado coletado em conversas informais com professores de Escolas dos bairros do Grande Bom Jardim, familiares das vítimas e profissionais envolvidos com projetos sociais na área é que a polícia de modo geral tem feito vista grossa para esses crimes, uma vez que conhece os assassinos e seus endereços e declaram *in off* que a tática é deixar que “ eles se matem” , “ um a menos para nos dá trabalho.”

O problema é que a população também conhece os assassinos. Se no caso dos roubos e assaltos, a proximidade entre vítima e vitimizador interfere para que as vítimas não denunciem a ocorrência à Polícia por medo e outros motivos (Jornal O POVO, 3/05/2009, p. 8). No caso dos homicídios parece que a reação tem sido o do “fazer justiça com as próprias mãos.” Aqui o bem subtraído foi a vida. Contudo, a regra nos dois casos não pode ser generalizada, apesar de suas recorrências.

Outro dado da realidade vivenciada pela população do Grande Bom Jardim é a existência das milícias e de grupos de matadores nas práticas de execução e eliminação de bandidos e desafetos e até de inocentes quando agem por engano e, muitas vezes, são comandados por policiais ou contam com proteção destes para agirem criminosamente como tem noticiado a imprensa sobre as milícias do Bom Jardim.

“Policiais do 32º DP informaram que no dossiê [montado por eles] já estão identificadas três grupos de milícias que atuam no bairro (WFB, Águia e do Soldado Artemísio). As duas últimas são consideradas mais violentas e disputam a vigilância de ruas e avenidas do bairro. Os nomes não poderiam ser revelados para não atrapalhar as investigações” (Jornal O POVO, 5/02/2009, p.4). O que nos pareceu emblemático na pesquisa realizada, é o fato da cúpula da segurança pública negar a existência das “milícias” quando os policiais da 32ª DP afirmam a sua existência.

A pesquisa apontou ainda a fragilidade das relações de proximidade dos dispositivos policiais com a comunidade do Grande Bom Jardim e nas demais Regionais na cidade de Fortaleza, mesmo depois da criação do Programa Ronda do Quarteirão. Fragilidade imposta pelas muitas resistências que o Programa enfrentou no interior da Polícia Militar (SOUSA, 2008), seguido das denúncias de “211 casos de desvio de conduta cometidos por PMs do Batalhão Comunitário, em apuração na Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública. Como acusações de execução, estupro e avaria intencional das Hilux” (Jornal O POVO, 17/07/2009, p.8). “Além da viatura que se transformou em motel e da destruição de equipamentos, há ainda registro de supostas extorsões, cerca de 90 notícias sobre violação de direitos dos cidadãos- espancamento, torturas, abusos de poder, invasão de domicílio. Justamente as práticas nefastas e viciadas que o Governo tenta banir através do Ronda” (Jornal O POVO, 13/07/2009, p.8). Esse total de casos representava mais de 10% do efetivo do Ronda na cidade de Fortaleza. Nesse contexto estão também as práticas abusivas e violentas das abordagens policiais junto à população que também comprometem a imagem do Ronda como nos depoimentos dos jovens dos bairros Serviluz, Caça e Pesca, Praia do Futuro, Bom Jardim, Canidezinho, Granja Portugal, Parque São Vicente e Luciano

Cavalcante que confirmam as abordagens truculentas dos policiais do Ronda nessas localidades:

“ Se tiver sem documentos eles batem”(Marcos, 21 anos) ; “Teve uma vez que levei cinco ‘maozada’ (sic). Eu só tava na esquina, conversando com a galera. Chamou de ‘pichador’, ‘vagabundo’ devido a minha aparência”(João, 28 anos);”Polícia, nem converso, não: boto logo a mão na cabeça’(Pedro, 20 anos); “Encosta filho da p.!..Nessas horas me dá só revolta. Mas eu me controlo porque senão apanho”(Flávio, 20 anos); “ O Ronda, as vezes, diz: ‘Boa-noite, vou dar busca de armas em vocês’. É que nem em toda profissão, tem os bons e os ruins” (Silvio, 18); “ Tem dois tipo de policiais: um estúpido, grosseiro e outro que age pelo dever” (Caio, 15)(Jornal O POVO, 23/03/2009, p.8).

Assim como as práticas de desvio de conduta desses policiais se manifestam nos roubo de objetos e no uso de drogas,o abuso de autoridade policial, no caso dos moradores do Serviluz, “... chegou ao extremo no que moradores (...) entendem por ‘toque de recolher’. Para manter a ordem, uma frase dá a sentença depois das 22 horas: “Prá casa, se eu te ver aqui, vai preso’, narra o rapaz. A ‘lei’ já vigora, há cerca de dois anos, na escuridão das ruas Ozete Filomeno e general Titan e na praça da Igreja de São Francisco” (IBIDEM).

Os acontecimentos envolvendo o Programa Ronda do Quarteirão vieram a público por meio de uma série de reportagens do jornal O POVO, realizada em julho de 2009, denunciando os desmando dos policiais rondantes.

Por outro lado, o recuo do governo estadual tornou o Programa Ronda do Quarteirão “o mais de mesmo” do qual nos fala Marcos Rolim (2006) e acabou por liquidar uma iniciativa que tinha grande aprovação da população, como mostram as pesquisa de opinião pública, ao invés de corrigir seus desvios. Esse recuo foi sentido no início do segundo Governo Cid Gomes(2011-2014), quando foi nomeado para a SSPDS um coronel da PM que ao assumir a pasta, uma das suas primeiras medidas foi reorientar a atuação do Ronda, isto é; o Ronda embora sendo um Batalhão Comunitário passou a realizar ações mais “proativas” ou policiamento de rua mais identificado com o modelo ostensivo-repressivo e como informou a imprensa em alusão às novas atividades do Ronda: o Ronda “virou polícia na rua”. Como se as atividades de policiamento desenvolvidas pelo Ronda não fosse atividade de polícia, considerando atividade de polícia o modelo tradicional de

atuação das polícias militares. Ignorou-se não só uma proposta diferenciada de fazer policiamento de rua como o fato do policiamento comunitário ou do policiamento orientado pela filosofia do policiamento comunitário (como era o caso do Ronda) ser um dispositivo mais afeito às ações de prevenção e de resolução de conflitos, capazes de potencializar atividades de inteligência policial no enfrentamento dos índices de criminalidade e violência.

Algumas considerações

Qual a relação dessa trama complexa e incerta das instituições e de seus indivíduos, dispostos nos espaços sociais diferenciados pelos sistemas de classificação, com o desafio das políticas públicas participativas?

Estamos na arena das Políticas Públicas que, como qualquer temática no campo das lutas do mundo social, nos faz recordar que elas não existem sem conflito e disputas. Trata-se de políticas do Estado (muitas vezes do Governo de plantão) que, por sua vez, traz sobre si o caráter político-institucional, a expressão do poder legítimo. Diante das contradições e desigualdades sociais, das demandas e exigências da sociedade civil e da possibilidade de também o Estado interferir como ator social, surge o questionamento das instituições sociais, geram-se tensões e conseqüentes mudanças no aparelho do Estado. Este passa a optar por determinados programas e projetos nas políticas públicas que, tanto funcionam como estratégias para investir e dispor de recursos que voltam para o próprio Estado, promovendo o desenvolvimento da instituição e das relações de poder, como se associam às demandas e necessidades da população para garantir a “governabilidade democrática”². Tal governabilidade só ocorre com um mínimo de controle e consenso social, sendo, portanto, a política pública, uma forma de barganha do cidadão.

Há também que considerarmos, num sentido mais amplo, as políticas públicas como ferramentas para minorar as desigualdades sociais e garantir os direitos básicos de cidadania efetiva. Não desconhecemos que na sociedade brasileira, os direitos políticos e civis antecederam os direitos sociais, ao contrário do que aconteceu na sociedade européia e americana. Por aqui, os direitos sociais sempre foram usados para apoiar projetos de poder

² Cf. em ABAD, Miguel, *Crítica Política das Políticas de Juventude*, in FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) *Políticas Públicas Juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. O autor expõe alguns pontos básicos para a discussão sobre política pública, no sentido de entendê-la como ação estatal como investimento no próprio Estado, com recursos e ampliação das relações de dominação e controle do cidadão.

das elites em todos os períodos da política nacional (CARVALHO, 2001). Por que seria diferente nas políticas de segurança pública?

Por fim, o que fazer frente ao dimensionamento que assumem as questões vivenciadas pela população nos bairros da Regional V, mais especificamente no Grande Bom Jardim, na periferia da cidade de Fortaleza frente à criminalidade e violência?

A resposta está na força das organizações da sociedade civil, no poder de articulações e pressões dos seus dispositivos de interlocução com os gestores públicos na busca de horizontalização das políticas públicas nessas áreas (no Grande Bom Jardim ainda são *lugares* em oposição a *espaços* (WACQUANT, 2001) pelas lutas que compartilham, pelo significado que elas representam para grande parte dessa comunidade que teima em resistir apesar de toda problemática), com ênfase na ampliação e integração de políticas e ações setoriais de intervenção de curto, médio e longo prazos, considerando o fato de que a problemática da criminalidade e da violência não se soluciona apenas com ações policiais, são questões que dizem respeito à resolução negociada dos conflitos e tensões da convivência urbana nos espaços públicos da cidade. Nesse cenário “[é] preciso acumular conhecimento a propósito do papel da sociedade civil organizada, de suas reações e ações organizadas” (BARREIRA e ADORNO, 2010, p.346).

Estas reflexões estão relacionadas às condições de possibilidades da segurança urbana nas sociedades democráticas, nos seus espaços públicos e na convivência com os diferentes e iguais. Estas são questões que desafiam os governos democráticos, suas instituições e suas políticas sociais. “Se a sociedade não privilegia os espaços públicos para negociação de conflitos pode contribuir para abrir portas para a violência como mecanismo para a resolução desses mesmos conflitos” (PORTO, 2010, p.249). O exemplo factual está nos elevados índices de ocorrências conflituosas, de lesões corporais e mortes violentas cartografadas nas Regionais da cidade de Fortaleza pela *Pesquisa Cartografia da Criminalidade e Violência* e de modo mais específico no Grande Bom Jardim, práticas reveladas na concretude dos homicídios classificados de “ajustes de conta”, no “fazer justiça com as próprias mãos” ou armar outras mãos para fazê-lo, ou nas execuções e chacinas comandadas por grupos rivais ou ainda nas atividades criminosas das milícias que vendem segurança e outros trabalhos nos bairros pobres da periferia de Fortaleza. Assim como se revelam nas práticas violentas e criminosas das polícias, atingindo velhos e novos modelos de fazer polícia como o Ronda do Quarteirão, quando estas compartilham com outras práticas insidiosas a produção da insegurança e do medo na vida das populações que

deveriam garantir proteção e segurança como dispositivos de *contenção legal* da criminalidade e da violência no Estado Democrático de Direito.

Por fim, acreditamos que mudar a racionalidade reativa e fora dos padrões legais de funcionamento das polícias é condição para que haja também mudanças nas representações sociais que a sociedade, de modo geral, faz dos dispositivos policiais.

Referências

ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). Políticas Públicas Juventude em pauta, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ANUÁRIO DO CEARÁ 2010-2011. Fortaleza: Jornal O Povo, 2010.

BARREIRA, C. e ADORNO, S. A Violência na Sociedade Brasileira. Horizontes da Ciências Sociais no Brasil: sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010, pp.303-347.

BARREIRA, C et al. Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BECKER, H. A escola de Chicago. Mana [online]. 1996, vol.2, n.2, pp. 177-188. ISSN 0104-9313.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Programa Nacional de Segurança com Cidadania. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/>, Acesso em 26 de outubro de 2010.

BRASIL, G. M. 2000, *A segurança pública no “Governo das mudanças”*: moralização, modernização e participação. São Paulo, 325p. (Tese Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. 2000. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTE, M. Proximidade afeta registro de crimes(Fortaleza), 03/05/2009, p.8.

CAVALCANTE, A.M.C. A lei das esquinas e becos(Fortaleza), 23/03/2009,p. 8. (Especial Desvio de conduta)

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008. Mimeo.

GONÇALVES, V. Ronda polícia instala base no Bom Jardim(Fortaleza), Jornal O POVO, 02/12/2010, p. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Noções básicas de cartografia. [online] Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo/ Acessado em: 21 de janeiro de 2010.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. In: http://serv01.informacao.andi.org.br/25ddd12e_117460dd374_-7f8e.pdf. Site consultado:www.pebodycount.com.br/post/postUnico.php?post=991) <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2254317-EI306,00.html>

PAIXÃO, A. L.; BEATO F. C. Crimes, Vítimas e Policiais. Tempo Social, v.9,n.1, pp. 233-247,1997.

PORTO, M. S. G. Sociologia da Violência: do Conceito às Representações Sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

RATTON JR., J. L. de A. Violência e Cultura no Brasil Contemporâneo:Homicídios e Políticas de Segurança Pública nas décadas de 80 e 90. Brasília: Cidade Gráfica, 1996.

RELATÓRIO DE PESQUISA. Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza. Fortaleza: UECE/UFC, 2010, 200p. Mimeo

RIBEIRO, C. e DEMITRI, T. Olhares sobre o Ronda(Fortaleza), Jornal O POVO, 17/07/2009, p. (Cobertura Exclusiva Ronda sob investigação).

RIBEIRO, F., RODRIGUES,E. Força-tarefa entrará em ação(Polícia). Diário do Nordeste, 15/12/2009, p.16.

ROLIM, M. A síndrome da Rainha Vermelha: policiamneto e segurança pública no Século XXI. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed; Oxford, Inglaterra: University os Oxford, Center for Brazilian Studies, 2006.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes. 2008, Ronda do Quarteirão: um ‘acontecimento’ na política de segurança pública? Fortaleza, 115p. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade/Universidade Estadual do Ceará-UECE

Secretário quer Ronda “proativo; especialistas criticam(Política). Jornal O POVO, 20/03/2011.

TÚLIO, D e RIBEIRO, C. Bastidores do Ronda(Fortaleza). Jornal O POVO, 13/07/2009, p. 8. (Cobertura Exclusiva Ronda sob investigação).

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.